


INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. (70) S.I.
Data	14/04/99 Pg 12-3
Class.	TMD00924

DESPACHO Nº 12, DE 9 DE ABRIL DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/3118/97. Referência: Terra Indígena TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO. Interessado: Grupo Indígena: Tenharim. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/3118/97, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação, de autoria dos antropólogos Edmundo Antonio Peggion e Walter Coutinho JR., que acolhe face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO, de ocupação do respectivo grupo tribal Tenharim, com superfície e perímetro aprovados de 88.240 hectares e 174 km respectivamente, localizada no município de Manicoré, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

MARCIO LACERDA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO

Referência: Processo FUNAI/BSB/3118/97. Denominação: Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto. Localização: Município de Manicoré, Estado do Amazonas. Superfície: 88.140 ha. Perímetro 146 km. Sociedade Indígena: Tenharim. População: 43 habitantes (1997). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 117/PRES, de 31 de janeiro de 1997, coordenado pelo antropólogo Edmundo Antonio Peggion.

I PARTE - DADOS GERAIS

Os Tenharim são um grupo indígena pertencente à família lingüística Tupi-Guarani, que se divide atualmente em três núcleos distintos na bacia oriental do médio rio Madeira, a saber: no rio Marmelos, no rio Sepoti e no Igarapé Preto. Esses índios referem-se a si próprios como *Kagwahiva*, sendo este termo usado também na literatura etnológica como referência ao conjunto de grupos que inclui, além dos próprios Tenharim, os Parintintin, os Diahói, os Juma, os Karipuna, os Uru-eu-wau-wau e os Mondawa.

Os Tenharim do Igarapé Preto vivem numa aldeia localizada entre a mata serrana e o cerrado. Os 43 indivíduos que compõem a aldeia atual vivem da caça, da pesca, da coleta, da agricultura e da produção de farinha para comercialização. A serra e a mata são áreas que se complementam e são fundamentais na vida do grupo. São locais de onde a população retira sua subsistência e também onde estão localizados parte dos temas do universo simbólico desta sociedade. Os relatos dos Tenharim deste grupo local denotam uma ocupação muito antiga da região serrana onde vivem atualmente. As longas migrações realizadas têm sempre como referência as serras e o cerrado que são o entorno do Igarapé Preto. As referências aos sítios de antigas aldeias também demonstram um circuito de ocupação de todo o território reivindicado atualmente. Há, inclusive, a denominação *yvyryruhu*, relativa à serra, presente nos cantos dos Tenharim que aí habitam.


A historiografia colonial localiza os chamados *Cababyba*, em 1750, no curso superior do rio Juruena. Em 1817, eles são mencionados, já sob a denominação genérica *Parintintin*, na região das cabeceiras dos rios Maués, Abacaxis e Canumã. É possível que a pressão da frente colonizadora que provinha de Cuiabá, bem como a guerra com os índios Mundurukú, tenham incentivado o deslocamento do grupo para as proximidades do rio Madeira. Em meados do século XIX, os Kagwahiva (Parintintin) já são encontrados no território que até hoje ocupam, situado entre a margem direita do rio Madeira e o curso dos rios Marmelos e Ji-Paraná (ou Machado). Com a eclosão do boom da borracha na região de Humaitá, os Kagwahiva defendem arduamente essa área até sua "pacificação" pelo Serviço de Proteção aos Índios, em 1922/23. O SPI calculava, em 1926, entre os diversos subgrupos Kagwahiva contatados, a população de 100 Apairandê (possivelmente Tenharim), 150 Odyahuibé (possivelmente Diahói) e 250 Parintintin.

A memória oral dos Tenharim do Igarapé Preto registra os primeiros contatos com não índios nessa região nas proximidades dos rios Madeirinha e Machadinho, no decorrer dos anos 40 e 50. Foram encontros traumáticos, que resultaram na morte de muitos Tenharim por seringueiros. Posteriormente, os índios aproximam-se novamente dos seringais ali estabelecidos passando a trabalhar para um "patrão" chamado Macário, numa relação que perdurou por muitos anos, e logo para outro regional, chamado Domingos. No final dos anos 60, porém, a abertura das rodovias BR 364 (Cuiabá-Porto Velho) e BR 230 (Transamazônica), e a descoberta de cassiterita em Rondônia e no sul do Amazonas, propiciam a invasão maciça de garimpeiros no território Tenharim. Em 1971, os garimpeiros são retirados, instalando-se no Igarapé Preto a Mineração Taboca Ltda, substituída depois pela Mineração Brasileira Estanho Ltda. (MIBREL). A empresa mineradora estabeleceu um sistema de fiscalização que tornou os índios prisioneiros em seu próprio território, havendo alta incidência de prostituição e alcoolismo entre a sua população. No auge da exploração mineral, os Tenharim abandonaram completamente as atividades econômicas tradicionais, recebendo diariamente comida preparada no restaurante da empresa para evitar que se dedicassem à lavra manual de cassiterita. Com a queda do preço do estanho no mercado internacional e os empecilhos colocados para abertura de novas lavras, a empresa encerra suas atividades em 1987, deixando no local somente nove funcionários, que saíram definitivamente dois anos depois.

II PARTE - HABITAÇÃO PERMANENTE

O levantamento realizado permitiu identificar a existência de oito sítios de antigas aldeias no interior da área delimitada, mais exatamente nas proximidades do rio Machadinho e dos Igarapés Preto, da Minhoca, Cujubim e do Baía. A atual aldeia localiza-se próxima à margem esquerda do Igarapé Preto, a cerca de um quilômetro da sede abandonada da mineração. Trata-se de um conjunto de treze casas construídas pela empresa MIBREL, das quais sete são ocupadas pelos Tenharim, duas encontram-se abandonadas, uma é destinada à escola, uma à enfermaria, uma ao motor e uma à FUNAI.

Cada família nuclear reside em uma casa e as que estão abandonadas são gradativamente ocupadas pelos novos casais. Hoje a forma tradicional de organização social, que relaciona residência e economia, está sendo retomada e só não está completamente em prática por ainda não haver índices populacionais razoáveis para o funcionamento do sistema. Os Tenharim do Igarapé Preto organizam-se atualmente na forma de grupos familiares, que realizam organicamente as suas atividades produtivas. O grupo familiar ocupa idealmente uma casa, sendo constituído por um homem, sua mulher, suas filhas e seus filhos solteiros ou separados, além de pais viúvos dos cônjuges. Responsável por pequenas atividades agrícolas, de pesca, caça e coleta de castanha e de vários tipos de palmeiras, o grupo familiar, numa situação ideal, é englobado pelo grupo doméstico, unidade produtiva maior, que tem no sogro a figura focal. Como regra, após o casamento deve haver um período de aproximadamente cinco anos para prestação do "serviço da noiva", adotando-se posteriormente a patrilocidade. No caso do Igarapé Preto,

INSTITUTO	
	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	D.O.U. (70) S.I.
Data	14/04/99 Pg 12-3
Class.	TMD24(2)CONT. 12

os índices populacionais chegaram a níveis dramáticos e esta situação não se configura. Existem apenas grupos familiares sob a liderança dos homens. Cada grupo familiar possui sua própria roça, seus castanhais, seringais e realizam suas atividades independentemente dos outros.

III PARTE – ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os Tenharim plantam roças em áreas com dimensão entre 0,3 e 0,6 ha, que são usadas por cerca de três anos e abandonadas para descanso de três a cinco anos. Isto faz com que cada família possua, em média, até três roças em estágios diferentes de produção num dado período. Elas são abertas em regiões de mata de terra firme e matas de galeria nas proximidades da aldeia, cultivando-se a mandioca, a macaxeira, o milho, a batata-doce, o cará, a abóbora, a banana, o abacaxi, o mamão e a melancia.

A caça, atividade masculina, é realizada no presente principalmente nas matas ciliares à margem dos igarapés Cujubim, do Limão e Esperança. Preferencialmente, caçam mamíferos como a anta, a queixada, o caititu e o veado. Empregam no mister as técnicas de rastreamento, espera e tocaia, sendo usado, para estas últimas, o conhecimento das relações tróficas entre animais e fruteiras. No verão (julho-dezembro), costumam caçar nas proximidades da aldeia, realizando as incursões maiores em geral somente no inverno (janeiro-junho). Os Tenharim consomem dezenas de espécies de peixes, sendo esta atividade realizada no alto verão (julho-setembro) comumente com o auxílio do timbó.

Coletam a castanha-do-pará, a seringa e a sorva, além do mel de diversas espécies de abelhas e a larva de um inseto encontrada no coco de babaçu. No período de maior envolvimento com a frente extrativista, no decorrer dos anos 50 e 60, as famílias se distribuíam pelas “colocações”, passando de dez a sessenta dias nesses locais. Hoje, a extração do látex está paralisada devido à falta de procura no mercado, situando-se os antigos seringais junto aos igarapés do Limão, Cujubim, Água Branca, Grota Rica e Taboca. Por sua vez, a maior parte dos castanhais ainda explorados localiza-se nas serras denominadas Inambu, Azul e Grota Rica.

IV PARTE – MEIO AMBIENTE

A área ocupada pelos Tenharim do igarapé Preto faz parte da bacia do rio Madeirinha, principal afluente do baixo rio Roosevelt. Nesse território, a serra e a mata são reconhecidas como “unidades de paisagem”, compreendidas como zonas de recursos associados aos ciclos ecológicos da região. As serras são morada de *Mbahira*, herói mítico que reside dentro das pedras e responsável pela aquisição do fogo. Nas encostas da serra e na terra firme da floresta encontram-se recursos associados ao extrativismo, como os castanhais, os seringais e as fruteiras. Nos campos e cerrados, os Tenharim praticam a caça em barreiros e a coleta em fruteiras. Nas matas de galeria ao longo dos vales dos cursos d'água se pratica a caça, a coleta e a agricultura. Os igarapés são usados para a pesca.

Os impactos ambientais na área dos Tenharim decorrentes das atividades de mineração ao longo dos anos 70 e 80 foram dramáticos. Apesar de não utilizar produtos químicos, a exploração de cassiterita destrói cerca de cem metros de cada margem dos cursos d'água, provocando o seu assoreamento e desviando o seu curso. Estas conseqüências da atividade minerária no território Tenharim foram anotadas por todos os observadores enviados ao local desde 1984. A destruição do solo ocorreu a nível físico, pela perda de estrutura e textura, e pela erosão e lixiviação de nutrientes. Do ponto de vista químico, houve oxidação e perda de matéria orgânica, com o aumento da acidez do solo. Os danos causados ao meio ambiente foram irreversíveis e só serão recuperáveis através de intervenção planejada.

V PARTE – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A população Tenharim que hoje habita o Igarapé Preto é de 43 pessoas. Ela era de 65 pessoas, em 1984; e de 41 pessoas, em 1987. Há atualmente um grande número de crianças (39,53%) na faixa etária de 05 a 14 anos, enquanto rareiam os jovens-adultos na faixa etária entre 25 e 29 anos, o que demonstra que a saída da mineração do local foi o momento de recomeço dos nascimentos no grupo, praticamente ausentes no período do auge da exploração mineral. Embora a população pareça estagnada, esse processo pode ser reversível na medida em que os casamentos passem a se realizar novamente em maior número. Um fator determinante para se entender a instabilidade da situação demográfica no Igarapé Preto é a inexistência de esposas potenciais para os jovens em seu local de residência, fazendo com que os mesmos passem a buscá-las em outras áreas *Kagwahiva*, tais como o rio Marmelos. Procurá-las nessas outras áreas significa ter que residir temporariamente próximo ao pai de sua esposa. Desta maneira, o que pode parecer uma redução da população passa a ser apenas uma situação temporária já que, depois do período do serviço da noiva, o marido pode voltar a residir próximo de seu grupo, trazendo esposa e filhos.

É importante observar que o universo *Kagwahiva* é ordenado em um sistema de metades exogâmicas patrilineares. Os membros da sociedade, as plantas e os animais são associados a estas metades, representadas através de dois pássaros: Mutum e Taravé. Por serem patrilineares, todo indivíduo que nasce pertence à metade paterna; por serem exogâmicas, o casamento somente é permitido na metade oposta. As metades regulam todo o universo sócio-cosmológico; não há nada que não pertença ao sistema exogâmico. Tais regras demonstram que os Tenharim, longe de terem perdido seus valores tradicionais, atêm-se a eles de uma maneira muito segura e convicta. No passado recente, a presença da mineradora gerou graves problemas de ordem social, sofrendo ainda hoje a população indígena os efeitos da forte desestruturação ocorrida no período. Houve aliciamento através de medidas paternalistas como distribuição de comida pronta e incentivo a conflitos internos. Os Tenharim, muito embora tenham sofrido graves conseqüências resultantes da exploração indiscriminada de seu território, buscam hoje alternativas para se reorganizarem.

VI PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Em 1979, a FUNAI funda um posto indígena entre os Tenharim do rio Marmelos, junto à Transamazônica, propondo no mesmo ano a demarcação de aproximadamente 370.000 ha para o conjunto de aldeias ali existente. Pela Portaria nº 1650/E, de 14.06.84, a FUNAI designou um grupo de servidores para procederem estudos de identificação e levantamento ocupacional visando a definição de limites da Área Indígena Tenharim. Este grupo apresentou proposta para demarcação da área Tenharim no igarapé Preto de forma contígua à sugerida para o grupo do rio Marmelos. Tal proposta foi criticada em relatório de 15.02.85 de autoria do antropólogo Miguel Angel Menéndez, o qual, face à ocupação não indígena, sugere a delimitação de duas áreas descontínuas para os subgrupos habitantes do rio Marmelos e do igarapé Preto. Isto motivou a expedição da Portaria nº 1833/E, de 12.02.85, complementada pela Portaria nº 1839/E, de 05.03.85, que designou novo grupo de técnicos para realizarem os estudos de identificação visando a definição de limites das Áreas Indígenas Igarapé Preto e Sepoti. Esse GT propõe a demarcação de uma superfície com 79.500 ha para os Tenharim do igarapé Preto, a qual foi em seguida interdita pela FUNAI para fins de estudos e definição pela Portaria nº 3.538, de 19.10.87. Encaminhada essa área através da CT-003/PRES/nº 017/88 à apreciação do Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto nº 94.945/87, foi objeto do Parecer nº 182/88, o qual opinou pela sua aprovação. Em conseqüência, foi a mesma área declarada de posse permanente indígena, para efeito de demarcação, pela Portaria Interministerial nº 535, de 21.11.89.

Com a edição do Decreto nº 22, de 04.02.91, a terra indígena Tenharim do Igarapé Preto foi relacionada entre as áreas que deveriam ser analisadas pela Comissão Especial de Análise instituída pela Portaria nº 398, de 26.04.91, não chegando a mesma, porém, a se pronunciar sobre o processo. Assim, através da Portaria nº 19/PRES, de 10.01.97 (DOU nº 9, de 14.01.97, Seção 2, p. 2551) a FUNAI determinou a verificação do aproveitamento dos trabalhos de identificação e delimitação já realizados sobre esta terra indígena. Considerando a reivindicação da comunidade indígena para alteração parcial na delimitação anteriormente proposta, foi constituído grupo técnico pela Portaria nº 117/PRES, de 31.01.97 (DOU nº 26, de 06.02.97, Seção 2, p. 890) para realizar estudos de revisão de limites dessa área, cujo relatório é objeto do presente Resumo.

O levantamento fundiário realizado constatou a inexistência de ocupantes não índios no interior da terra ora delimitada. Com o encerramento das atividades da empresa mineradora, houve o abandono de todas as benfeitorias implantadas no interior da terra indígena, as quais hoje se encontram completamente deterioradas. No momento, o contexto fundiário na região é marcado pelos incentivos à produção de arroz, e futuramente de soja, como decorrência da construção da hidrovía Paraná-Paraguai, que passa pelo Mato Grosso e segue através do rio Madeira, indo desembocar no Porto de Itacoatiara, no Amazonas. Toda a área do entorno da terra indígena Tenharim do Igarapé Preto está sendo tomada por fazendas que se estruturam para o desenvolvimento da monocultura na região dos campos naturais. Observa-se também persistência de pedidos para lavra de cassiterita em tramitação no Departamento Nacional de Produção Mineral que incidem nesta área, os quais se espera, evidentemente, que sejam recusados.

VII PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Tendo em vista os estudos e levantamentos realizados, bem como a reivindicação da comunidade indígena Tenharim, a proposta de delimitação ora apresentada altera parcialmente a área declarada no limite sul, incorporando aos limites da terra indígena parte da margem direita do igarapé Preto. Mas, tão importante quanto à demarcação, é a reconstrução da área destruída pela empresa mineradora que atuou no local. É preciso também que não se aprove qualquer alvará de lavra mineral na terra indígena Tenharim do Igarapé Preto ou se apoie "parcerias" para a produção de arroz ou soja no interior dessa área. A permissão para exploração de cassiterita ou acordos com regionais em atividades agrícolas podem significar um novo atentado contra o usufruto constitucionalmente assegurado dessa população indígena.

Do exposto, conclui-se que a terra indígena Tenharim do Igarapé Preto é tradicionalmente ocupada pelos índios, em conformidade com o artigo 231 da Constituição Federal, compreendendo as áreas habitadas em caráter permanente pela comunidade indígena, as utilizadas em suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural. Recomendamos, desse modo, a continuidade do procedimento administrativo de demarcação de acordo com o disposto no Decreto nº 1.775, de 08.01.96.

EDMUNDO ANTONIO PEGGION

WALTER COUTINHO JR.

Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF
 Departamento de Demarcação-DED
 Memorial Descritivo de Demarcação
 Denominação
 Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto
 Aldeias Integrantes
 Igarapé Preto
 Grupo Indígena
 Tenharim
 Localização

Município: Manicoré Estado: Amazonas
 Administração Executiva Regional: Porto Velho

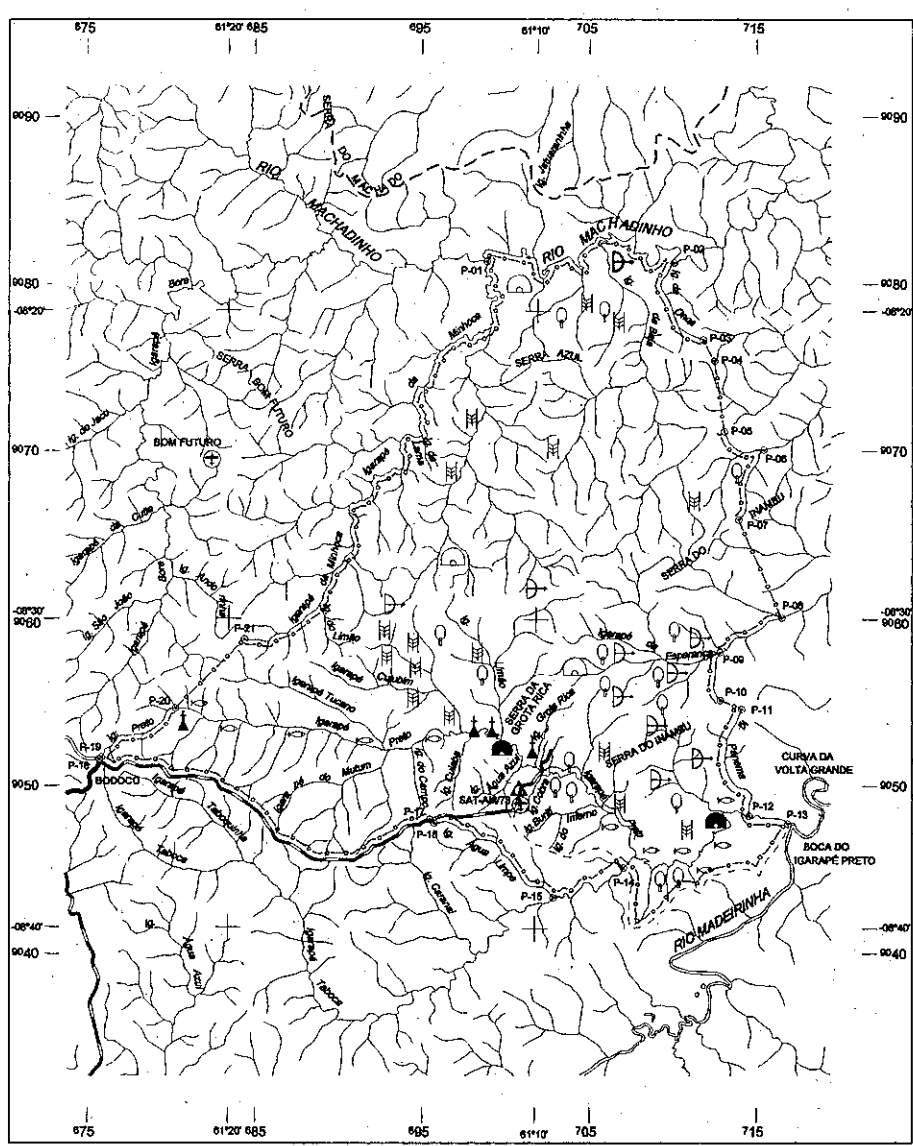
Coordenadas dos Extremos		
Extremos:	Latitude	Longitude
Norte :	08°17'53" S	61°11'40" WGr
Leste :	08°29'53" S	61°01'57" WGr
Sul :	08°38'03" S	61°07'05" WGr
Oeste :	08°34'35" S	61°24'10" WGr

Nomenclatura	Base Cartográfica	Escala	Órgão	Ano
SC.20-X-B-IV, SC.20-X-B-I		1:100.000	IBGE	1984

Superfície : 88.240 ha (oitenta e oito mil, duzentos e quarenta hectares) aproximadamente.
 Perímetro : 174 km (cento e setenta e quatro quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do ponto P-01 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°17'53" S e 61°11'40" WGr., localizado na confluência do Igarapé Minhoca com o rio Machadinho; daí segue pelo referido rio, a jusante, margem direita, até o ponto P-02 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°18'23" S e 61°05'34" WGr., localizado na confluência com o igarapé da Onça. **LESTE:** Do ponto antes descrito, segue pelo igarapé da Onça, a montante, margem esquerda, até a sua cabeceira no ponto P-03 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°20'55" S e 61°04'36" WGr., daí segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 149°51'10" e 1.389,74 metros até o ponto P-04 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°21'34" S e 61°04'13" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 171°57'00" e 4.223,40 metros até o ponto P-05 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°23'50" S e 61°03'53" WGr., localizado na cabeceira de um braço afluente de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o ponto P-06 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°24'26" S e 61°02'37" WGr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o ponto P-07 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°26'44" S e 61°03'24" WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 155°40'03" S e 6.388,59 metros até o ponto P-08 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°29'53" S e 61°01'57" WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Esperança; daí, segue pelo igarapé Esperança, a montante, até o ponto P-09 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°30'55" S e 61°03'45" WGr., localizado na confluência com um braço afluente de sua margem direita; daí, segue por este, a montante, até sua cabeceira no ponto P-10 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°32'35" S e 61°03'57" WGr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 113°05'48" S e 1.426,77 metros até o ponto P-11 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°32'53" S e 61°03'14" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Panama; daí, segue por este, a jusante até o ponto P-12 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°36'19" S e 61°02'58" WGr., localizado na confluência com o igarapé Preto; daí, segue por este, a jusante, até o ponto P-13 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°36'35" S e 61°01'44" WGr., localizado em sua margem direita na interseção com uma estrada vicinal na Mineração Taboca S/A. **SUL:** Do ponto antes descrito, segue pela vicinal até o ponto P-14 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°38'03" S e 61°07'05" WGr., localizado na interseção com o igarapé Taboca; daí, segue por este, a montante, até o ponto P-15 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°39'02" S e 61°09'18" WGr., localizado na confluência com igarapé Água Limpa; daí, segue por este, a montante, até sua cabeceira no ponto P-16 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°36'37" S e 61°13'13" WGr., daí segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 309°03'33" e 392,32 metros até o ponto P-17 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°36'29" S e 61°13'23" WGr., localizado no bordo direito de uma rodovia vicinal sentido Mineração de Cassiterita/BR 230 - Transamazônica; daí segue pelo referido bordo até o ponto P-18 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°34'35" S e 61°24'10" WGr., local denominado Bodocó. **OESTE:** Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 33°48'16" e 221,22 metros até o ponto P-19 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°34'29" S e 61°24'06" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Preto; daí, segue por este, a jusante, até o ponto P-20 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°32'55" S e 61°21'44" WGr., localizado na confluência de um braço afluente de sua margem esquerda; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 45°57'51" S e 5.852,41 metros até o ponto P-21 de coordenadas geográficas geodésicas aproximadas de 08°30'42" S e 61°19'27" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Minhoca; daí, segue por este, a jusante até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro. Responsável pela Identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico em Agrimensura - FUNAI/AER Manaus.



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
 - ⊙ Δ --- PONTO DEFIN. LIMITE, PONTO SAT
 - CURSO D'ÁGUA
 - ⊙ --- ALDEIA, ALDEIA ABANDONADA
 - ⊙ --- CACA, PESCA
 - ⊙ --- CEMITÉRIO, PISTA DE POUSO
 - ⊙ --- CASTANHAL, BERINGAL
 - ESTRADA VICINAL, CAMINHO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DELIMITAÇÃO TERRA INDÍGENA TENHARIM DO IG. PRETO		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: MANICORÉ		SUPERFÍCIE APROX.: 68.240 ha	PERÍMETRO APROX.: 174 km
ESTADO: AMAZONAS		ESCALA: 1:300.000	DATA: 12/11/98
CÍRCULO: PORTO VELHO		PROCESSO: FLUM/BSB 3118/97	BASE CARTOGRÁFICA: SC.203-B-N, SC.203-B-1
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES EDUARDO ANTÔNIO FERREIRI ARTHUR POLÓDIO	RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES SERGIO DE SOUZA CASTRO TÉCNICO AGRÔNOMO AER 0441	VIZINHO CHEFE DO DED PORTO VELHO	PORTO VELHO 117/PRES, DE 31/01/97